

Reflexões sobre a dissidência cubana¹

Vincent Bloch²

Tradução: Jaime de Almeida³
Giliard da Silva Prado⁴

RESUMO: Desde a repressão da primavera de 2003, a imprensa internacional fez dos “dissidentes” o tema central da atualidade cubana. Do exterior, poderia parecer que a sua influência sobre a “sociedade civil” é real e que eles representam o futuro democrático. No entanto, a brutalidade radical que se abateu sobre esses opositores, qualificados pelo regime como *mercenários a serviço do império*, não constitui o único obstáculo a seu movimento. Para compreender o modo como eles foram ignorados e fagocitados é preciso reconstituir o contexto de uma sociedade mergulhada no universo opaco da *luta*, o peso de um imaginário social obcecado pela “intriga” e o trabalho da propaganda oficial. Até porque os registros políticos nos quais eles se inscrevem partilham com a matriz castrista uma cultura enraizada no tempo longo da história nacional, celebrando as virtudes da homogeneidade, da unanimidade e do elitismo esclarecido.

Palavras-chave: Cuba; dissidência; imaginário social

RÉSUMÉ: Depuis la répression du printemps 2003, la presse internationale a fait des « dissidents » le thème central de l’actualité cubaine. De l’extérieur, on pourrait que leur emprise sur la « société civile » est réelle, et qu’ils représentent l’avenir démocratique. Pourtant, la brutalité radicale qui s’est abattue sur ces opposants, qualifiés par le régime de mercenaires au service de l’empire, ne constitue pas la seule entrave à leur mouvement. On ne peut comprendre la manière dont ils ont été ignorés et phagocytés qu’en restituant le contexte d’une société plongée dans l’univers opaque de la lutte, le poids d’un imaginaire social obsédé par « l’intrigue » et le travail de la propagande officielle. D’autant que les registres politiques dans lesquels ils s’inscrivent partagent avec la matrice castriste une culture enracinée dans les temps longs de l’histoire nationale, célébrant les vertus de l’homogénéité, de l’unanimité et de l’élitisme éclairé.

Mots-clés: Cuba; dissidence; imaginaire social

Entre 18 e 22 de março de 2003, 27 jornalistas independentes e 51 militantes dos direitos humanos, opositores pacíficos ao regime castrista e promotores de um projeto de “transição democrática”, foram presos em Havana e em outras províncias da ilha de Cuba.

A “repressão da primavera de Cuba” comoveu o mundo inteiro e múltiplas manifestações de repúdio foram emitidas pelo Vaticano, pela União Européia, pelos Estados Unidos, por partidos de

¹ Artigo publicado originalmente na revista *Problèmes d’Amérique Latine* n. 57/58, 2005, p.215-241.

² Vincent Bloch é doutorando em Sociologia na École des Hautes Études en Sciences Sociales sob orientação de Daniel Pécaut

³ Jaime de Almeida é professor do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Brasília. E-mail: jaimeida@terra.com.br

⁴ Giliard da Silva Prado é doutorando em História pela Universidade de Brasília. E-mail: giliardprado@yahoo.com.br

todos os tipos, por parlamentares, por organizações como a Anistia Internacional, por personalidades e intelectuais, enquanto passaram a se fazer regularmente manifestações diante das embaixadas cubanas, notadamente em Madri e em Paris. Não somente a grita internacional jamais atingira uma tal magnitude, mas os próprios dissidentes que permaneceram livres também interpretaram aquela onda repressiva como o sobressalto de um regime moribundo. Não podemos, no entanto, deixar de perguntar se aqueles mesmos acontecimentos terão sido vividos nas mesmas temporalidades e interpretados pela população na mesma dimensão simbólica, por meio do mesmo imaginário político e social.

O generoso liberalismo que inspira o bom senso faz da democracia e de seus valores as referências evidentes de todo cidadão que vive sob a opressão de um regime totalitário ou autoritário. Nesta visão, o reconhecimento e a aceitação do social como lugar da heterogeneidade, a ancoragem democrática de qualquer opositor a um tirano, desde que ele fale a linguagem dos Direitos do homem e da liberdade e, por consequência, o apoio e a admiração, mesmo que silenciosos, que seus concidadãos oprimidos nutrem a seu respeito, advêm do *taken for granted*.⁵ É, aliás, o que sugere a fórmula “primavera de Cuba”, elaborada nas redações dos grandes jornais do chamado mundo livre: os dissidentes encarnariam a democracia em Cuba e seriam adulados pela população que teria vivenciado a sua detenção como o grande acontecimento do momento. Porém, esta análise simplesmente negligencia aquilo que é tanto o princípio constitutivo como o resultado da experiência totalitária, ou seja, a maneira pela qual o sentido da realidade, a percepção da realidade e tudo aquilo que decorre do “*taken for granted*” têm sido reelaborados ao longo dos últimos 50 anos. A experiência social, sob a revolução cubana, está ligada ao fato de se viver em um país privado de qualquer contato direto com o mundo exterior, no qual a elite revolucionária dispõe do monopólio da imprensa e da narrativa histórica nacional, elabora sua política em segredo, silencia ou deforma o que se passa na ilha; um país em que as variações da legalidade socialista e das práticas que permitem violá-las criaram normas complexas e ambíguas de comportamento... Desde 1959, toda a capacidade de doutrinação do regime castrista vem sendo empregada de modo a enraizar uma reinvenção da história, cujos desafios reformulados remetem todo tipo de coisa à idéia de um povo em luta, vítima dos poderosos, no centro de um mundo onde dominam a intriga e o mistério. Enquanto o isolamento do universo revolucionário tornou mais propício o deslizamento da realidade em direção a esta ficção, a análise de sentido comum e os espaços necessários à sua elaboração foram afogados na opacidade e varridos pela ideologia castrista, um sistema absoluto de

⁵ Schutz (1974, p.3-4) define como *taken for granted* tudo aquilo que experimentamos e que nos parece como “indo por si”; ou seja, o mundo da vida cotidiana seria aquela parte da realidade “*taken for granted*”.

leis objetivas que conseguiu impor-se insidiosamente como o único referente e alternativa contra o caráter incoerente e caótico da realidade. Hannah Arendt, evocando a força de atração da propaganda levada a efeito pelos movimentos totalitários para a conquista do poder, insistia no fato de que

as massas recusam-se a reconhecer (...) o caráter fortuito no qual mergulha a realidade (...) e estão predispostas a todas as ideologias, porque estas explicam os fatos como sendo meros exemplos de leis e eliminam as coincidências inventando um suposto poder supremo e universal que estaria na origem de todos os acidentes. (ARENDDT, 2002, p.671)

Para além da realidade repressiva do regime, da qual a população é mais consciente do que quem quer que seja, é preciso então restituir o jogo sutil da propaganda castrista, tal como ele se enxerta sobre o sentido da realidade, forjado pelo conteúdo da vida cotidiana.

Ademais, a análise jornalística da “repressão da primavera de Cuba” ignora totalmente o peso do imaginário político e da cultura política, tal como eles se movem no tempo longo da história cubana e se reformulam no período atual. Em sua obra *Isla sin fin*, o historiador cubano Rafael Rojas (1998) analisa a formação de um discurso messiânico elaborado pelos intelectuais do período republicano (1902-1959). Estes (de Cristobal de la Guardia a José Lezama Lima e Cintio Vitier, passando por Jorge Mañach) criaram o mito de uma Nação forjada pelos grandes pensadores cubanos do fim do século XVIII e do começo do século XIX (Varela, Arango y Parreño, Luz y Caballero, Saco...), modelada num projeto político por José Martí e pelo ideal independentista dos *mambises* (os membros do Exército de Libertação quando das duas guerras de independência), frustrada pela República e à espera do cumprimento de seu destino. Esta “teleologia” nacional foi recuperada por Fidel Castro que, encarnando-a, acrescentou a ela o slogan *Patria o Muerte* (“a Pátria ou a Morte”). Rojas põe igualmente em destaque, desde o fim do século XVIII, a oposição entre uma “racionalidade instrumental”, encarnada no liberalismo de Francisco de Arango y Parreño, e uma “racionalidade emancipatória” encarnada numa tradição moral cubana, anti-moderna e antiliberal, preocupada em preservar Cuba das influências do mundo exterior, e da qual os primeiros representantes foram José Agustín Caballero e Félix Varela. Rojas demonstra não somente como esta segunda racionalidade prevaleceu historicamente, mas também como a visão, partilhada por todos os intelectuais, de uma nação fracamente unificada fez da unanimidade e da homogeneidade os valores centrais da cultura política. Por isto, a questão é saber em que medida os “dissidentes” partilham o mesmo imaginário e a mesma cultura política que a elite castrista, e como esse imaginário e essa cultura influenciam a sociedade cubana em sua percepção de qualquer alternativa ao regime de Fidel Casto.

As temporalidades da experiência sob a revolução cubana

A clareza cronológica com a qual puderam ser apreendidos do exterior os últimos acontecimentos que se desenrolaram em Cuba não tem nada a ver com as referências temporais que, desde o interior, poderiam clarear seus significados.

O tempo curto: guerra à droga e *apretazón*

No momento em que ocorreram as prisões em toda a ilha e mais particularmente em Havana, a História a curto prazo estava marcada por uma campanha de repressão que começara no início de 2003. A 10 de janeiro, uma nota oficial publicada no *Granma* e em *Juventud Rebelde* revela “a existência de um incipiente mercado de entorpecentes que é preciso combater por todos os meios”. Pela primeira vez, o governo reconhece a simples existência de drogas em Cuba e promulga a lei 232 que prevê o encarceramento dos indivíduos em posse de produtos ilícitos e o confisco de seus bens. A “guerra à droga” é declarada e a operação *Coraza* [Couraça] é confiada à *Direção Nacional Antidrogas* que multiplica as operações espetaculares realizadas com importantes efetivos, e da qual a população é informada pelos meios de comunicação. Enquanto alguns *jíbaros* – passadores de drogas – notoriamente conhecidos em seus bairros são detidos, penas severas são impostas contra indivíduos encontrados em posse de uma quantidade ínfima de maconha, ou declarados culpados a partir de “convicção moral”. Rapidamente, a satisfação se atenua e a operação aparece aos olhos de uma grande parte da população como um pretexto para acoessar a economia ilegal e o “enriquecimento ilícito”. Desde o fim de janeiro, a polícia assedia sem interrupção os pequenos vendedores de rua (suspiros, croquetes, sanduíches...), os ambulantes que passam de casa em casa e de imóvel em imóvel, oferecendo suas mercadorias (ovos, café, presunto, peixe, roupas, utensílios...), os revendedores que trabalham em casa, os artesãos que não possuem licença (barbeiros, massagistas...), os táxis clandestinos e pensões ilegais... Invariavelmente, as mercadorias são confiscadas, multas muito elevadas são distribuídas sem moderação e certos bens (televisor, vídeo-cassete, computador, pias, roupas, louças...) são tomados de seus proprietários. Seja porque estes não podem justificar a sua procedência (compra no mercado negro), seja porque não dispõem oficialmente de renda suficiente para se permitirem tais compras nas *tiendas de recaudación de divisas* (lojas de arrecadação de divisas) e são então atividades econômicas ilícitas que estão em sua origem. Da mesma forma, os inspetores da ONAT (Oficina Nacional de Administração Tributária) multiplicam os controles e se lançam contra os agentes da economia privada que dispõem de licenças. O desrespeito às normas de higiene (luvas, pinças de metal para as pequenas cafeterias...), a origem fraudulenta de certos produtos (o queijo ou o presunto das pizzas, a

gasolina dos táxis...), a não fiscalização de certos serviços (a casa que serve de armazém para a mercadoria de um artesão, o vizinho da família que serve o café da manhã aos turistas numa pensão...) provocam a mesma cascata de sanções e mesmo a suspensão da licença em certos casos.

*Están apretando la jugada.*⁶ O comentário se espalha em todas as conversas, junto com piadas provenientes dos últimos *chismes* dos quais todo mundo fala ou da última *bola*⁷ “de fonte segura”. Todas as atividades econômicas ilegais são sancionadas, não importa a sua natureza, e se as penas de prisão tomam a forma de uma advertência clara para a população é porque, em sua percepção, o alvo da onda de repressão é o “enriquecimento ilícito”.

Desde a instauração do período especial: o tempo do *invento*

A médio prazo, a História de Cuba está ligada à instauração do “período especial em tempos de paz” decretado por Fidel Castro em 1990 por analogia com uma situação de guerra e de bloqueio total por parte dos Estados Unidos. A penúria coloca a sociedade num empobrecimento generalizado, enquanto a re-autorização parcial das atividades econômicas privadas, a descriminalização da posse de dólares e a explosão do turismo redefinem paradoxalmente o período especial como espaço de recursos. Desde então, o jeitinho – *a luta* – torna-se a dimensão central da experiência social. Dar um jeito = *resolver*; virar-se = *desenvolverse*; acertar os ponteiros = *cuadrar*; e chegar lá = *alcanzar(se)*. Por meio do roubo e do desvio dos bens pertencentes ao Estado, dos diversos tráficos e do mercado negro, da atividade privada com ou sem licença, da exploração de recursos acumulados pelo passado (imóvel ou carro para aluguel), da satisfação das necessidades dos turistas, da prostituição ou ainda dos assaltos, cada um *inventa* a forma de captar recursos. A reorientação dos comportamentos econômicos, inscrita na marginalidade, passou a constituir a norma. Não somente todos os cubanos entram, segundo a rotulação praticada pelo regime, na categoria de delinquentes, mas as diferenças entre as transgressões de uns e outros se atenuam. A porosidade das fronteiras entre os espaços de recursos insere os atores numa cadeia de intermediação onde os estigmas se nivelam, transpondo continuamente os limites morais que permitiam anteriormente distanciar-se do “*baixo ambiente*”. A precariedade material inscreve as atividades improvisadas numa *luta pelos seus* e determina uma preeminência da lógica estratégica. Desta forma, os cubanos habituaram-se, ao longo dos últimos 15 anos, a recorrer às atividades econômicas as mais diversas e mais afastadas de sua ocupação profissional oficial ou de sua

⁶ “Estão apertando o jogo”.

⁷ “Bola” ou “chisme”: boato, rumor.

identidade social virtual, manipulando em diversos níveis do espaço social, para todos os fins úteis e sob pressão, a duplos registros, dissimulações e falsas aparências. A concordância na linguagem – estamos *na luta* – não implica a definição de critérios de justiça, cuja construção está submetida a uma série de incoerências e cuja validade é simplesmente casuística.

A extrema confusão daí resultante tem efeito não somente sobre a real identidade social dos indivíduos e a natureza das atividades que eles praticam, mas também sobre o fato de que os “delitos”, uma vez descobertos, são avaliados mais em relação a seu autor do que em relação à sua natureza. Pois esta última é rapidamente entendida e mesmo “taken for granted”: todo mundo “procura um negócio” ou “resolve alguma coisa” desde que a ocasião se apresente. A *invenção* é, na sociedade do período especial – que os discursos oficiais situam no passado – uma atividade tão genérica que praticamente todos os deslizamentos legais são interpretados como uma *luta* para continuar *adiante*. Daí a facilidade com que a propaganda castrista consegue apresentar um ato de oposição política como uma vulgar *invenção*, ou a contra-revolução como um simples *negócio*. Desta forma, era fácil enfatizar que os jornalistas independentes recebiam 100 dólares por mês e que às vezes recebiam várias centenas de dólares do exterior, enquanto o salário médio equivalia a apenas 7 dólares mensais. Ademais, num país onde emigrar é o desejo da esmagadora maioria da população, o objetivo atribuído aos dissidentes de adquirir um visto para os Estados Unidos lhes confiscava qualquer singularidade. Ao precisar que apenas quatro dentre eles eram formados em jornalismo, Felipe Pérez Roque⁸ sabia também que isso apagaria as especificidades dos condenados. Além disso, o imaginário social do período especial faz frequentemente do estrangeiro “o pato” (*gil, mareado, bobo*) sempre pronto a “cair na arapuca” ou a “deixar-se enganar” pela lábria (*el cuento* ou *la muela*) engenhosa do cubano *pícaro* ou *jinetero*.⁹ Também era engenhoso, para evocar esta imagem no espírito do “cubano médio”, apresentar os dissidentes como aprendizes de jornalistas descrevendo aos estrangeiros a deliquescência dos direitos sociais, a penúria, a dificuldade de se alimentar ou a carestia da vida, e recebendo em troca um punhado de dólares. No fim das contas, a grande empresa de confusão operada pela propaganda do regime conseguiu, graças à experiência social do período especial, fazer dos opositores políticos simples *negociantes* ou *inventores* na tormenta da *apretazón* (o *aperto*) que atinge o mundo da droga e os agentes da economia ilegal. Porém, aqui também, a História de média duração ensinou à população que a *luta*

⁸ Nota dos tradutores: Ministro das Relações Exteriores de Cuba entre 1999 e 2009; foi destituído a 2/03/2009 junto com uma dezena de altos dirigentes.

⁹ Nota dos tradutores: *jinetero(a)* é uma pessoa que se prostitui com turistas estrangeiros. Porém, a expressão é utilizada mais frequentemente para designar qualquer pessoa que procura “virar-se” por dinheiro fazendo contato com turistas estrangeiros.

tacitamente tolerada desde a instauração do período especial está periodicamente sujeita a ondas repressivas. O questionamento brutal do *laissez faire* vem lembrar aos *lutadores*, *inventores*, *merolicos* (traficantes) e *macetas* (ricos) que a segurança é um sentimento proibido para eles; o poder domina as regras do jogo e pode num instante destituir grupos inteiros de sua capacidade estratégica. Mas as ondas repressivas precedentes (janeiro de 1996, janeiro de 1999, julho de 2001...) caíram, assim como esta cairá, e cada um espera que *a coisa se acalme* para “encontrar uma atividade normal”. O mercado negro, os tráficos e a economia ilegal existem, aliás, de maneira significativa desde a aparição da penúria e do racionamento no começo dos anos 60 e as *batidas* repentinas fazem parte dos hábitos. Como de costume, essas campanhas de repressão são sempre a ocasião de reafirmar o engajamento na Revolução e a confiança em suas instituições. Desta vez, a vigilância “*stand-by*” dos CDR¹⁰ foi reativada durante a “segunda fase” da *operação Coraza* e permitiu às operações policiais chegarem a pessoas assinaladas pela melhoria aparente de seu nível de vida, como na época do *Plano Maceta*¹¹. Sob esta perspectiva, a prisão dos dissidentes veio “completar” as características de uma “onda repressiva”, bem conhecidas dos cubanos, e não apareceu com a mesma brutalidade que no exterior.

O tempo longo da experiência revolucionária: a Pátria em luta

Enfim, embora a temática do “complô” e da “traição à pátria” possa parecer surrealista para os cidadãos dos países democráticos, isto não impede que sua pertinência política, ancorada no tempo longo da Revolução Cubana, seja claramente mais ambígua do que parece.

A Revolução, encarnação histórica de um povo em luta

Como escreveu Rafael Rojas,

o nacionalismo revolucionário, mistura efetiva de mitos (a “revolução inacabada”), de esquemas ideológicos (a “justiça social”), de símbolos (Martí, Fidel), não é uma invenção

¹⁰ O Comitê de Defesa da Revolução, na escala do quarteirão, que abarca todos os moradores com idade superior a 14 anos, está encarregado de velar coletivamente pelo respeito às leis. Esse papel cabe mais particularmente ao presidente, ao vice-presidente e ao “encarregado de vigilância”. Criados em 1960 para refrear os “contra-revolucionários”, 100.000 CDR esquadrinham a sociedade, encarnam a correia de transmissão das diretrizes revolucionárias e acumulam todas as informações concernentes aos indivíduos.

¹¹ No início do período especial, o plano *Maceta* foi criado com o objetivo de “desmascarar” os “traficantes” e outros “fraudadores” que estariam enriquecendo “em detrimento” da sociedade e de seus princípios igualitários. Por meio de vastas operações policiais, os *macetas* eram detidos, às vezes condenados a penas de prisão e os seus bens eram confiscados.

do castrismo, mas bem o inverso: é um imaginário político, fortemente enraizado na cultura colonial e republicana, que facilita a engrenagem da Revolução em 1959 e o estabelecimento do regime comunista em 1961. (ROJAS, 1998, p.10).

A “primeira República”, cujo espírito democrático e liberal apagou-se rapidamente após o ressurgimento das oligarquias coloniais e das práticas “caudilhescas” herdadas das guerras de independência, alimentou junto a numerosos intelectuais da época o discurso da “frustração republicana”. Descrevendo amargamente, tal como um Jorge Mañach, “as deficiências do esforço, da organização e do meio ambiente”, responsáveis pela “indiferença aos ideais” (MAÑACH, 1991, p.38 e 19, eles enunciaram no mesmo movimento o mito dos eruditos da época colonial, inteiramente absorvidos pela busca do destino nacional. Entre 1930 e 1950, esses intelectuais forjaram o panteão nacional, erigiram a figura de José Martí em símbolo nacional, lançaram o culto aos *mambises* e escreveram a epopéia das guerras de independência (ROJAS, 1998, p.74-77). Eles também exumaram as teorias de José Martí sobre a revolução, a qual não devia necessariamente realizar-se na independência, devendo antes resultar de um processo longo, alimentado pela frustração dos ideais nacionais. Ora, esse messianismo revolucionário de Martí, a partir dos anos 20, foi relido à luz das teorias marxistas-leninistas, notadamente por Juan Antonio Mella, apelando a um prosseguimento da “Revolução martiana” (ROJAS, 1998, p. 80-82). José Lezama Lima e Cintio Vitier, nos anos 40 e 50, completam essa escrita da História da Nação cubana e de sua consciência de si mesma, falando de uma “teleologia insular” (ROJAS, 1998, p.30-34). Assim, quando triunfa em 1º de janeiro de 1959 a revolução democrática, cujos diversos componentes estão ao mesmo tempo animados pelo nacionalismo e pelo liberalismo econômico, e preocupados em estabelecer a justiça social, o civismo e a probidade moral e administrativa como normas do novo regime, o imaginário coletivo vê cumprir-se a teleologia e a busca do destino pôr-se em marcha. Porém, em apenas 2 anos, entre 1959 e 1961, Fidel Castro elimina os componentes democráticos e liberais da coalizão revolucionária, impõe uma virada comunista e totalitária, e pode reinventar e selecionar os acontecimentos do passado, começando pela luta contra Batista entre 1952 e 1958. O esmagamento da brigada 2506, desembarcada na Praia Girón em abril de 1961, é a ocasião propícia para Fidel Castro declarar que os principais dirigentes do Movimento 26 de Julho sempre tinham sido marxistas-leninistas, mas que se isto tivesse sido divulgado, a Revolução jamais teria triunfado. Desta maneira, não somente o parentesco entre a Revolução de 1959 e o velho Partido Socialista Popular – o antigo partido comunista, que não participou da luta contra Batista – podia ser estabelecido, mas os historiadores do regime podiam também reescrever o encaminhamento do nacionalismo-marxista-leninista na história de Cuba. Desde então, os manuais escolares, a imprensa do regime, os discursos de Fidel Castro e dos principais dirigentes, o trabalho de sapa da língua

estereotipada, alojam-se nos interstícios dos discursos, enquadram o imaginário coletivo, e difundem uniformemente as imagens da história e da Nação.

Utilizando então a seu favor a tradição historiográfica nacional anterior a 1959, apresentando retrospectivamente todos os problemas políticos e movimentos sociais do país como direcionados, de uma parte, ao nacionalismo e à independência e, de outra parte, à igualdade e à justiça social, Fidel Castro conduziu a Revolução à posição de herdeira desses combates e forjou a história de Cuba à imagem de um povo em *luta*. À imagem do primeiro *rebelde* cubano, o cacique indígena Hatuey queimado pela Inquisição em 1512, a *pátria* e seu sentimento adjacente seriam construídos na aspiração à liberdade face ao jugo espanhol, ao preço de uma *luta* na qual o que está em jogo não suporta outro resultado que não a vitória ou a morte. Assim a Revolução teria começado em 1868¹² quando “o pai da Pátria” Carlos Manuel de Cespedes libertou seus escravos e deu início à primeira guerra de independência, dita “de 10 anos”. O verdadeiro modelo da Revolução seria o instigador da segunda Guerra de Independência (1895-1898), José Martí, morto em combate em 1895. A mitologia revolucionária insiste sempre em seus múltiplos talentos de poeta, jornalista e advogado, e faz dele a origem de um “socialismo humanista” baseado na educação dos cidadãos e na equidade como critério de justiça. Além disto, o seu sentido político seria a matriz do governo de Fidel Castro. Independentista, latino-americanista e antiimperialista, “o ícone” da Revolução coloca o continente em guarda contra o apetite do *monstro*. Todos os estudantes aprendem que o primeiro território das Américas descoberto por Cristóvão Colombo é também o último a ter logrado uma independência que lhe foi finalmente “garfada” pelos Estados Unidos. A explosão do navio americano *Maine* em 15 de fevereiro de 1898 na baía de Havana serve de pretexto a uma intervenção do exército americano. Afundada a frota espanhola, a guerra se encerra em 10 de dezembro com a assinatura do Tratado de Paris na ausência qualquer representante cubano. A república proclamada em 1902 é acompanhada da *Emenda Platt*, autorizando a intervenção dos norte-americanos em caso de problemas políticos ou de ameaça aos seus interesses.

A potência, a onipresença e o monopólio desta visão de História deixam pouco espaço para suspeitas e questões. A História teria mostrado o quanto a independência nacional e a “conquista” dos direitos sociais foram duramente adquiridas, tanto que elas permanecem ameaçadas e podem vir a desaparecer por conta de alguma trama dos poderosos, cuja gravidade teria sido negligenciada. Sob esta ótica “os mercenários a serviço do império” são fagocitados pela gênese da *pátria*, pela

¹² Em 1968 apareceu o slogan “100 anos de luta” nos painéis reservados à propaganda, nos muros, nas ruas, nos jornais...

história de um povo em *luta* e pelo sentimento de viver num edifício em perigo, muito além do que eles fizeram ou deixaram de fazer.

A cobiça histórica dos Estados Unidos

Mais ainda, a vontade emprestada aos norte-americanos de se apropriar de Cuba de uma forma ou de outra é confirmada também por uma História repisada à saciedade. Após a “independência garfada”, a “República sob tutela” (1902-1958) foi, segundo a visão comumente admitida, o teatro da exploração econômica (comercial, agrícola, mineira), social (prostituição) e mafiosa (jogo, violência) da ilha pelo imperialismo americano ao qual tinham certas marionetes corrompidas e sem escrúpulos que se submetiam, dirigindo o país ignorando o povo. Além disso, a propaganda revolucionária evoca a todo instante as tentativas de derrubada, de terrorismo e de desestabilização sofridas pelo regime desde sua implementação em 1959. Fidel Castro teria sido objeto de mais de 600 tentativas de assassinato por parte da CIA; e os “mercenários” cubanos que haviam tentado em abril de 1961 “colocar abaixo a Revolução” a partir de um desembarque na Baía dos Porcos eram treinados e financiados pela agência americana de informações. O *dia de Girón*, o *espírito de Girón* ou ainda os *novos Girón* vêm, aliás, evocar constantemente a hostilidade dos Estados Unidos, diante da qual é preciso cuidar se defender. Pois seus propósitos anexionistas disporiam de relés e prolongamentos no seio de setores cubanos antipopulares e reacionários. Nesta ótica, a mitologia revolucionária remonta ainda uma vez à gênese da *pátria* e ao século XIX no curso do qual se enfrentaram os separatistas ou independentistas, os autonomistas e os anexionistas. Nesta versão maniqueísta da história nacional, os primeiros encarnam o povo e são os ancestrais dos revolucionários de 1959, enquanto os autonomistas e anexionistas eram os proprietários escravistas e indiferentes à *Pátria*, pais espirituais das oligarquias republicanas e da *máfia terrorista de Miami*.

Não só o apetite dos norte-americanos pela ilha é percebido como uma ameaça real, mas a colaboração de cubanos nessa empresa é considerada como uma tendência histórica, reforçada pelo privilégio dos vencedores, aquele de poder reescrever a História conforme a sua conveniência. Entre 1959 e 1961, Fidel Castro rejeitou habilmente toda crítica do lado das forças ou da ordem do passado, determinando o campo dos “revolucionários” e o dos “contra-revolucionários”. Também, e embora composta no essencial por indivíduos e organizações que tinham lutado contra Batista, frequentemente no próprio seio do *Movimento 26 de Julho*, a oposição à virada totalitária e comunista impulsionada por Castro no curso dos primeiros anos da Revolução foi associada aos *batistianos*, “contra-revolucionários” e testas-de-ferro dos americanos. Os contatos estreitos que os

dissidentes e os funcionários americanos mantêm, a entrada livre que eles tinham na SINA¹³ ou o seu financiamento reconhecido pelo “governo americano” remetem ao imperialismo americano, a seu poder de molestar, e também a um enfrentamento entre cubanos. É neste sentido que as expressões “traição à pátria” ou “conspiração a serviço de uma potência estrangeira” não são desprovidas de pertinência política, e isto, mesmo se sua grandiloquência pareça ridícula ou até repugnante pela população.

A máfia terrorista de Miami, a ditadura mundial neofascista e o povo cubano como vítima

Enfim, os tempos longos desta História modelada pelo aparelho de propaganda castrista se cristalizam no centro de todos os ataques lançados contra o governo americano. As mesmas interpretações, as mesmas projeções, vêm alojar-se na declinação atual da campanha contra o *império*.

O ano de 2002 foi batizado¹⁴ como “Ano dos Heróis Prisioneiros do Império”, em homenagem a cinco espiões cubanos da rede *Avispa* (vespa) julgados e aprisionados nos Estados Unidos. Infiltrados nos meios anticastristas da Flórida, sua missão teria sido sabotar os projetos terroristas da “*máfia terrorista de Miami*” para proteger a *pátria* e servir à sua causa. Desde a chegada de George W. Bush à Casa Branca, Fidel Castro denuncia as veleidades mais que nunca imperiais de uma administração composta por republicanos de extrema direita. Utilizando a guerra contra o terrorismo como pretexto, “o governo hitleriano-fascista” dos Estados Unidos teria perpetrado “um genocídio” contra o povo afegão, antes de perseguir seu projeto de instaurar uma “ditadura mundial” que asseguraria a sua dominação. Após o “extermínio das crianças iraquianas” e o fim da guerra unilateral, o Líder Máximo denunciou ao mundo os perigos reais da “política nazista do pequeno Bush e outro Sharon”. Em referência ao Congresso pela Defesa da Cultura celebrado sob bombas na Espanha em 1937, a União dos Escritores e Artistas Cubanos (UNEAC) criou um front antifascista.

Sedimentados na experiência social revolucionária, os tempos longos da história de Cuba sustentam o sentido dado aos acontecimentos atuais. Os delitos cometidos pelos *mercenários* não podem mais ser considerados no detalhe quando só importa a posição de vítima do povo cubano. Aos olhos de uma grande maioria da população, talvez “a turma dos direitos humanos” apenas reivindicava em nome de todos os espaços de liberdade que o governo recusa-se a conceder, quando

¹³ Seção de Interesses Norte-Americanos, dirigida entre 2003 e 2005 por James Cason.

¹⁴ Em Cuba, cada ano tem um nome, geralmente atribuído por Fidel Castro. 2003, por exemplo, é o “ano dos gloriosos aniversários de Martí e de Moncada”.

informava ao mundo sobre as realidades da vida cotidiana sob a Revolução. Mas as apostas feitas por Fidel Castro são maiores e ele jamais deixou de afirmar que a independência nacional e os direitos dados a *todos* os cidadãos tinham um preço. A propaganda conseguiu aí também, portanto, semear a confusão quanto ao alcance exato do movimento dissidente, na medida em que ela resumiu tudo na existência de duas forças antagônicas: o imperialismo que agride e ameaça semear o caos, e o povo resistente que quer defender aquilo que conquistou com muita luta.

A perda do sentido dos atos e das palavras

A empresa de confusão que, por assim dizer, conseguiu fazer da onda repressiva um não-acontecimento comporta, aliás, muitas outras facetas. Primeiro, a prisão dos *mercenários* vem dar um aspecto concreto à recrudescência das tensões que vinha sendo explicitada meses antes. A intensificação da propaganda vem encontrar uma justificação lógica: a sociedade pressentia que “alguma coisa se preparava” e acontecimentos daquele tipo eram esperados. Portanto, o não-acontecimento é que teria sido recebido como incongruência. Em seguida, é bem no tempo longo da experiência revolucionária que se enraíza a perda do sentido dos atos e das palavras: coabita-se há mais de 50 anos com “o traidor”, “o apátrida”, “o conspirador”, o “*gusano*”. Esses personagens reaparecem com uma tal recorrência que já não têm mais nem rosto, nem características próprias. Esses qualificativos estão, é certo, reservados àqueles que desertaram do país, que se opuseram politicamente à Revolução ou desejaram sua derrubada. Mas como a propaganda justamente remeteu tudo a uma só questão, a defesa do edifício ameaçado, qualquer infração às leis abre uma brecha na qual o inimigo pode enfiar-se. Tudo isto, somado às perpétuas reviravoltas da linha política e, portanto, da lista do que era permitido e do que não o era, faz com que o recurso ao anátema se aplique tanto ao traficante, ao revendedor no mercado negro, ao detentor de dólares, ao fã dos *Beatles*, ao homossexual, ao preguiçoso ou mesmo ao jogador de xadrez ou de dominó, caso ele aposte dinheiro... Em quê esses *mercenários*, *traidores da pátria*, são diferentes de todos aqueles que já foram recobertos pelos mesmos apelidos, sem que se lembre precisamente por qual motivo? Mais ainda, em que medida o emprego de termos como “mercenários” ou “terroristas” para qualificar opositores pacifistas será recebido com estupor por uma população que há muito tempo está acostumada com o uso desmedido das palavras “nazista”, “fascista” ou “genocida”? Enfim, cada um, numa escala ou noutra, *luta* na adversidade e não gosta que a insistência sobre o sofrimento de outrem venha eclipsar ou deslegitimar o seu.

Por que a repressão?

A repressão que se abateu sobre o movimento dissidente constituiu um acontecimento secundário, despojado de sua razão e de sua significação pelas diferentes reformulações das quais ele foi objeto. A população há muito tempo cansada da “política” seguiu, aliás, esse novo episódio de uma forma tanto mais distraída e resignada quanto ela mesma está inteiramente absorvida pela *luta*.

A entrada da dissidência na política

O movimento dos Direitos do Homem e da dissidência pacífica começou a engatinhar nos anos 1970 e 1980, antes de alçar voo nos anos 1990 graças à queda do Muro de Berlim, à crise econômica e às contradições políticas nascidas do *período especial*. Num livro escrito em 1994, Ariel Hidalgo definia os “dissidentes” – “aqueles que privilegiavam a via pacífica utilizando a própria legalidade do sistema, através de um plebiscito ou de um diálogo nacional que não excluiria os representantes do governo” – por oposição aos atores armados determinados a abater o regime castrista pela força. Ele acrescentava que “os castristas” os consideravam “contra-revolucionários” rotulados de “direitos do homem” e que “muitos anticastristas exilados” os consideravam “castristas camuflados”. Os primeiros prisioneiros políticos, mantidos em regime fechado e em condições desumanas no *Presídio Modelo* (a penitenciária da Ilha da Juventude), tinham por única esperança conseguir informar o mundo exterior sobre a sua situação, para assegurar eventualmente uma mobilização da opinião pública internacional e dos governos estrangeiros em seu favor. A formação do primeiro núcleo de militantes vindos da “Micro-Facção”¹⁵ participava do mesmo combate: Ricardo Bofill e Marta Frayde criam em 1976 o Comitê Cubano Pró Direitos Humanos e Ariel Hidalgo lembra ter co-assinado pela primeira vez com Bofill em 1983 uma denúncia enviada de dentro do *Combinado del Este* em nome do CCPDH (HIDALGO, 1994, p.63). Em fevereiro de 1984, são criadas no interior do *Combinado* a Associação Dissidente de Artistas e de Escritores Cubanos e a Junta de Autodefesa de Religiosos Perseguidos.

Pela primeira vez, eles nos incitaram a perceber a possibilidade de minar a estrutura totalitária graças a associações de base que, aos poucos, ganhariam terreno junto à população, sob o guarda-chuva protetor das pressões internacionais. Isto significava um passo além da concepção de uma simples autodefesa social, uma frente comum... (HIDALGO, 1994, p.71).

¹⁵ Em 1968, a maior parte dos membros do Partido Comunista oriundos do antigo partido comunista, o Partido Socialista Popular (PSP), são excluídos e mandados presos por “diversionismo”. Em seu relatório “A situação dos Direitos Humanos em Cuba”, enviado em 1983 ao secretário geral das Nações Unidas, Ricardo Bofill define a “Microfacção” como “um movimento de pensadores dissidentes”.

Porém, em outubro de 1987, o intelectual dissidente Elizardo Sánchez Santacruz, que se havia integrado ao CCPDH, é excluído do movimento, ao mesmo tempo acusado de delação e reprovado por sua nova tese: “a reconciliação nacional”. Ele funda então a Comissão dos Direitos do Homem e pela Reconciliação Nacional enquanto em 20 de junho de 1988 se criava o Partido pelos Direitos do Homem em Cuba, sob a presidência de Bofill. Por outro lado, as vivas tensões entre a hierarquia eclesiástica e as correntes laicas ao final do Encontro Nacional Eclesial Cubano (ENEC) de fevereiro de 1986 levaram à constituição do Grupo do Pensamento Cubano, a partir da qual surge o Movimento Cristão Libertação, de Oswaldo Payá, em 1989. Durante a visita da Comissão de Investigação da ONU sobre a situação dos direitos humanos, o CCPDH e Payá, entre outros, conseguem entregar relatórios aos investigadores, o que permitirá, a condenação de Cuba pela primeira vez, na Comissão de Genebra, em 1991. Em toda a ilha se formam pequenos grupos – círculos, partidos, sindicatos, assembléias, diretórios, comissões – determinados a combater o regime organizando manifestações, reuniões, campanhas de informação, emitindo declarações ou enviando cartas às autoridades. Mas, paralelamente a essa proliferação se reforça a linha de divisão entre os partidários de um diálogo incondicional com as autoridades e aqueles que recusam qualquer participação do governo em um processo de mudança. O imaginário da intriga sobressai frequentemente, por exemplo, quando Gustavo Arcos, que se torna Secretário Geral do Comitê Cubano para os Direitos do Homem depois da partida de Bofill para o exílio, convoca a um diálogo incondicional todos os cubanos e afirma que os “aspectos positivos” da Revolução devem ser salvaguardados. Arcos adverte contra “a alvorada de uma tragédia” e seus próximos imploram o diálogo para “evitar o caos social em Cuba, com suas prováveis seqüelas de sangue e de fome”.¹⁶ Armando Valladares, embaixador dos Estados Unidos na Comissão dos Direitos do Homem na ONU, acusa Arcos de traição, retira seu apoio à oposição interna e invoca “um plano ao qual não são estranhos certos dirigentes socialistas internacionais” para “garantir ao ditador sua permanência no poder”.

Ao longo dos anos 1990, o exílio reconhece pouco a pouco o papel preeminente da dissidência interna na busca de uma transição à democracia, e a tese da reconciliação acaba por juntar a maioria dos opositores de um lado e do outro do estreito da Flórida. Além disso, a Igreja Católica, apoiada pelo Vaticano, age não somente por meio de suas dioceses e seus arcebispados (cartas, declarações), mas também indiretamente através de uma importante quantidade de pequenos grupos laicos. Mais ainda, a mensagem cristã impregna a retórica dissidente em seu

¹⁶ Declaração de 15 de julho de 1991 do Acordo Pró-Mudança Pacífica, que reúne Yndamiro Restano pelo Movimento Harmonia, Juan Betancourt pelo Partido Pró-Direitos do Homem, Luis Alberto Pita pela Associação de Defesa dos Direitos Políticos e José Luis Pujol pelo Projeto Abertura da Ilha.

conjunto. Antes da onda repressiva da primavera de 2003, Oswaldo Payá e o Movimento Cristão Libertação desempenhavam um papel preponderante no seio da dissidência. Payá tinha, desde julho de 1992, remetido um projeto de transição à democracia de 46 páginas à Assembléia Nacional do poder popular, reclamando em virtude do artigo 62 da Constituição em vigor que ele fosse submetido a um referendo popular. Quase toda a oposição encontrou no início de 2000 um terreno de entendimento adotando a estratégia do consensual *Projeto Varela*. O regime castrista, preocupado em poder apresentar-se como defensor do Estado de direito, sempre colocou como questão de honra fazer do direito positivo o fundamento e a medida de sua justiça: a polícia e os tribunais motivam e justificam cada uma de suas ações no âmbito da lei. Apoiando-se nesta dimensão normativa, o *Projeto Varela* propõe uma mudança sob a proteção da lei: o artigo 88 da Constituição estipula que “a iniciativa das leis compete (...) aos cidadãos” se uma proposição “de ao menos dez mil” dentre eles, “gozando da condição de eleitores”, é apresentada à Assembléia Nacional do poder popular. O projeto não propõe modificar a Constituição, mas fazer com que as leis respeitem o espírito e garantam os direitos que ela proclama. Neste sentido, ele reclama a convocação de um referendo em torno de 5 proposições: estabelecer a liberdade de associação, de expressão e de imprensa; anistiar os prisioneiros políticos; criar o direito a formar empresas privadas; determinar circunscrições eleitorais distintas (municipais, provinciais e nacionais) elegendo para cada uma delas assembleias correspondentes de candidatos nomeados com base unicamente nas assinaturas de apoio colhidas junto aos eleitores da circunscrição; e enfim, organizar eleições gerais 270 a 365 dias após o referendo. A visita de Jimmy Carter a Cuba em maio de 2002 havia revelado ao mundo a existência do *Projeto Varela*, enviado um ano antes à Assembléia Nacional do poder popular, apoiado por 11.020 assinaturas. Desde junho, Fidel Castro havia organizado uma reforma da Constituição, “emanada” da Assembléia Nacional do poder popular e proclamando o caráter socialista “irrevogável” do Estado. Adotada por unanimidade pelos deputados durante uma votação oral individual, e por cerca de 9 milhões de cidadãos chamados a apor seus sobrenomes, nomes e números do documento de identidade no registro do Comitê de Defesa da Revolução ao qual eles pertencem, esta reforma veio tacitamente varrer a legitimidade de um referendo. Por todas as partes da ilha, o projeto continuou, no entanto, a colher assinaturas¹⁷ e Oswaldo Payá recebeu do Parlamento europeu em novembro de 2002 o Prêmio Sakharov dos Direitos do Homem. Ora, mais da metade dos opositores detidos em março de 2003 são promotores

¹⁷ Oswaldo Payá, promotor do Projeto Varela, afirmava, após a onda de prisões que o número de assinaturas atingia 40.000, mas não é possível verificar esse número.

do Projeto Varela, o que permite supor que as autoridades cubanas o perceberam como uma ameaça real.

Assédio, descrédito e refreamento dos dissidentes

Essas prisões, no entanto, constituíram apenas o aspecto mais visível de uma repressão que não faz do encarceramento ou do internamento o seu método exclusivo. A onda repressiva de março de 2003 não é, aliás, a primeira e só se diferencia daquelas de setembro de 1988, abril e agosto de 1989, outubro de 1991, dezembro de 1992, agosto de 1994 etc., por sua amplitude. Os dissidentes são submetidos desde seu “nascimento” a um assédio contínuo e multiforme que limita consideravelmente a propagação do movimento. Os agentes da Segurança do Estado ameaçam incessantemente de represálias diversas, inclusive sobre terceiras pessoas, os que participam de atos de oposição ou se reúnem para trocar idéias “desviantes”. Uns e outros são alternadamente detidos, interrogados, soltos, intimidados... A repressão se abate do modo o mais arbitrário, neste sentido em que nenhum precedente e nenhuma regra são assinalados de maneira a antecipar a reação das autoridades. Nada permite saber se eles agirão ou vão simular um *laissez faire* ou a indiferença. A segurança do Estado enfraqueceu assim a determinação, a lucidez e a eficácia dos opositores minando pelo medo e pela incerteza cada impulso de sua ação e cada recanto de seu universo. Na mesma perspectiva, as fileiras da dissidência são desde a origem, e a exemplo de outros acontecimentos¹⁸, infiltradas pelos agentes de Fidel Castro. Semeando a inquietude e a confusão, eles tentam dissimuladamente neutralizar o movimento a partir de seu interior, multiplicando os pontos de conflito e fornecendo às autoridades as informações que permitem conter os grupos e os atos da oposição. Os aprisionamentos, o medo e a “descoberta” dos agentes infiltrados dobraram a maioria dos dissidentes, finalmente levados pelo desânimo a aceitar as possibilidades que lhes eram oferecidas de deixar o país.

O essencial do trabalho de sapa efetuado pela Segurança do Estado foi, aliás, conter os dissidentes no seio mesmo da sociedade revolucionária. A existência do *Projeto Varela* ou dos

¹⁸ Na semana do 7 ao 13 de abril de 2003, uma série de artigos intitulada “Os verdadeiros rostos da pátria” – é consagrada aos agentes da segurança de Estado infiltrados nas fileiras da dissidência. O estilo exalta a emoção sentida pelas famílias e pelos vizinhos, ao descobrir que esses indivíduos que eles sempre tinham tomado por traidores eram, de fato, heróis a serviço da Revolução. Se ninguém mais se deixa levar pelo melodrama revolucionário e pelo seu cortejo de emoções e de lágrimas, o imaginário coletivo viveu um novo episódio espetacular do filme de espionagem no qual ele está mergulhado desde 1959. Assim se assistiu ao epílogo de uma farsa ou de uma peça de teatro, durante a qual o espírito picaresco e manipulador triunfou chegando às raias da caricatura: o jornalista octogenário Nestor Baguer trabalha na realidade para a segurança do Estado desde 1960, Manuel David Orrio, principal organizador do “seminário de ética jornalística” realizado na residência privada de James Cason em 14 de março é, de fato, o agente Miguel; a principal colaboradora e secretária pessoal de Martha Beatriz Roque Cabello, Aleida Godínez Soler, é também a agente Vilma. A duplicidade insuspeita daqueles que estiveram infiltrados “na pele dos mercenários”, os detalhes sobre as modalidades de seu recrutamento pelos dissidentes e pela segurança do Estado, assim como o *modus operandi* desta última, conduziram a excitação ao seu auge.

“jornalistas independentes” só foi conhecida pela esmagadora maioria da população quando da onda repressiva e das explicações dadas pelo ministro dos Assuntos Estrangeiros e pelo próprio Fidel Castro. As autoridades estando perfeitamente informadas das ações dos opositores, toda reunião é vigiada de perto por agentes camuflados espalhados nas ruas adjacentes, impedindo, se for esse o caso, a formação de um “acontecimento” que possa chamar a atenção da vizinhança. Se uma manifestação ou ato público estão previstos, as Brigadas de resposta rápida é que são mobilizadas: sob a aparência de simples cidadãos, eles reprimem oportunamente e em nome do povo qualquer mobilização contra-revolucionária. Os transeuntes nada percebem então nem do começo nem do fim do tumulto. No fim dos anos 80 e no início dos anos 90, o próprio governo organizava regularmente “atos de repúdio” contra os principais dissidentes (Sánchez, Arcos, Bofill, Cruz Varela etc.), mobilizando multidões consideráveis diante de suas casas.

A comunicação entre os dissidentes e o resto da população não se estabelece, ainda mais quando esta última pôs, desde muito tempo, a repressão no coração do contexto normativo cotidiano. Ocupados em *resolver suas dificuldades*, os indivíduos evitam ficar “marcados” pelo CDR, pelos vizinhos e pelas autoridades para não arranjam *problemas políticos* sinônimos de entrave à *luta*. Não é raro, a fim de evitar qualquer confusão no espírito dos *dedos-duros*¹⁹, fugir ao contato com quem é conhecido no bairro como um “dissidente”. O isolamento dos opositores é assim ampliado pelo controle que exercem sobre si próprios os cidadãos, tanto mais que a dimensão da “intriga” desempenha ainda ali, plenamente, o seu papel de referente. A obsessão pelo controle e pela informação poderia bem levar as autoridades a criarem elas mesmas “a dissidência”. As “reviravoltas” de agentes da segurança do Estado já teriam inúmeras vezes sugerido isso no passado, mantendo a confusão em torno desses opositores já desacreditados pelo interesse de alguns dentre eles pelo visto de entrada nos Estados Unidos. A população dificilmente presta atenção nesses indivíduos, dos quais ela julga finalmente ignorar o verdadeiro objetivo, e mesmo a sua verdadeira identidade.

Os limites da mensagem dissidente

¹⁹ No universo revolucionário, onde todos violam a legalidade socialista, o personagem mais temido é o informante (*chivato*) cujo rosto se furta sempre aos olhares. Sua identidade e suas motivações são objeto das especulações as mais complexas, tanto mais que sua presença impalpável constitui a referência incessante ao espírito que define os limites aos quais estão submetidas as práticas de luta e a liberdade de expressão. O anonimato do delator, que obriga a uma aparência de normalização, de regulação e de autocontrole dos comportamentos, aparece em toda sua simbólica na expressão “galo escondido” (*gallo tapado*). Ele não pode despertar suspeitas, à primeira vista, de dar com a língua nos dentes ou de pertencer aos órgãos de vigilância. O “galo escondido” é dissimulado e brilha na sua especialidade, como ilustra o emprego da expressão aplicada ao jogo – briga de galos, cartas, dominós, apostas... O “galo escondido” finge ser um aprendiz ou um jogador medíocre para encorajar adversários assim tentados pela isca do ganho a apostar somas desmedidas ou a baixar seu nível de jogo.

Enfim, em que medida a “mensagem” dissidente pode encontrar um importante eco junto à população, para além de um trabalho de informação e de denúncia em torno dos abusos do poder castrista e da manipulação da atualidade e da História? Os grupos de inspiração cristã e a dissidência organizada em torno da temática dos Direitos do Homem são duas entidades distintas, mas cuja interpenetração não deixa de ocorrer. A hierarquia católica escolheu por muito tempo a conciliação com o regime, a exemplo de Monsenhor Carlos Manuel de Céspedes ou do enviado do Vaticano nos anos 60 e 70, Monsenhor Zacchi. O comunicado da Conferência Episcopal de 1969, após longos anos de silêncio, condena o embargo americano sem fazer menção às inúmeras violações dos Direitos do Homem cometidas pelo regime. De igual maneira, o comunicado final do Encontro Nacional Eclesial Cubano (1986) relembra a atitude conciliatória da Igreja face ao escravismo, depois reconhece um certo número de méritos ao governo em sua luta pela justiça e pela igualdade, ainda uma vez sem formular críticas a respeito do regime. A “base” sentirá uma certa amargura – as vozes dissidentes e, no entanto, muito moderadas, entre as quais já estava a de Oswaldo Payá, foram ignoradas – tanto que a autoridade moral da Igreja ficará prejudicada. Somente a partir do começo dos anos 90 é que as cartas e as pastorais tornam-se mais virulentas, exortando os fiéis a bem distinguir entre religião e política. Durante muito tempo, por seu lado, o “discurso dissidente” assinalou cada uma das pequenas renúncias, todos os pequenos compromissos e toda a propensão de uns e de outros a jogar o jogo do regime para tirar vantagens ínfimas no final das contas. Frequentemente assumindo uma “tonalidade cristã”, ele denunciou a perda dos princípios e dos valores morais, a desagregação da família e o abandono de si na luxúria (relações sexuais e alcoolismo compulsivos). A covardia cotidiana e a degradação do homem seriam, neste sentido, a um só tempo, o fruto do totalitarismo e a origem renovada de seu poder. O “discurso dissidente” pretende assim interpelar a *consciência* dos cidadãos, acentuando a sua parcela de responsabilidade na manutenção no poder de um regime que não é, por isso mesmo, inquebrantável. Mas qual é a pertinência política de um tal discurso, uma vez que ele não se distancia em nada da forma da propaganda castrista? Esta, com efeito, repete à população há 50 anos que ela deve sacrificar-se, corrigir seu comportamento e pensar no efeito de suas desobediências às normas sobre os males sofridos pela sociedade em seu conjunto. De que maneira, sendo inerentes à experiência revolucionária o sentimento de culpabilidade e a baixa auto-estima, um outro discurso – mesmo que os argumentos dos dissidentes sejam muito justos – que também censura a conduta das pessoas projetando imagens negativas de si mesmo e fechando o indivíduo em sua culpabilidade poderia, então, suscitar outra coisa além da rejeição, da irritação ou do ceticismo? O atrativo representado pela Igreja Católica mascara, aliás, o alcance limitado de sua mensagem, que decorre de sua fraca

ancoragem histórica na sociedade cubana. Nela, a Igreja representou antes de tudo a caução moral dos conquistadores e da escravidão, e seu prestígio atual se deve, independentemente de seus valores, ao seu estatuto simbólico de alternativa à ideologia revolucionária, estatuto alimentado sobretudo pela repressão contra os religiosos sob a revolução. Assim, apesar da presença recorrente, nas casas dos cubanos, dos adesivos distribuídos por ocasião da visita do papa em janeiro de 1998, representando João Paulo II como “mensageiro da verdade e da esperança”, a escolha de uma “linguagem dissidente” com “acentos cristãos” parece pouco adequada. O campo lexical da “reconciliação” e da “maturidade cívica” não se encaixa facilmente a um sistema de referentes sociais, políticos e históricos marcados pela “luta” e pela “defesa” frente às “conspirações” dos “poderosos”. A violência permaneceu na memória nacional como o meio privilegiado para alcançar a democracia e a justiça social, em detrimento dos meios legais e da institucionalização dos conflitos. Os dissidentes propõem romper com esta tradição intolerante de luta até a morte, de triunfo e de destruição, deixando de lado, no entanto, a própria origem da escolha histórica da violência. A falta de credibilidade e de legitimidade do debate democrático, dos representantes encarregados de exercê-lo e das instituições que o enquadram enraízam-se diretamente em Cuba na invalidade histórica de um tal sistema como garantia do interesse geral e da transparência da esfera pública. A desconfiança permanece viva quanto a um regime parlamentar julgado naturalmente muito propenso a favorecer “o desvio das aspirações populares”, as “manobras” e a “corrupção”. Mais ainda, o sentimento de impotência face ao poder absoluto da elite castrista e à continuidade imutável do regime afastou da “política” a esmagadora maioria dos cidadãos, para os quais essa vã atividade somente faz lembrar a infelicidade e a sujeição do povo cubano àquele que a exerce. A ruptura com “a lógica da vítima” em que Fidel Castro encerrou a sociedade implica um ponto de encontro com “a lógica da reconciliação” e não uma simples substituição da primeira pela segunda. Porém, mesmo se aí está aquilo que parecem reconhecer os “promotores” do Projeto Varela, ao afirmar que “a reconciliação não deve ser decretada”, ou ainda que “o pluralismo não se impõe por decreto”, o outro grande limite do discurso dissidente provém do fato de que ele, mesmo falando a linguagem dos Direitos do Homem e do pluralismo, também não consegue se desvincular do holismo no qual está apoiado Fidel Castro para assentar seu projeto totalitário.

Com efeito, os diferentes grupos dissidentes prestam o mesmo culto à figura do herói ou do mártir, perpetuando à sua maneira o mesmo mito trágico e grandiloquente da *Pátria*, e compartilhando neste ponto o mesmo imaginário político do regime castrista. Num artigo difundido em setembro de 2004 por *Cubonet*, intitulado “José Martí, predestinado da dor”, o jornalista independente Francisco Herrera, do grupo Cubanacán Press, escreve, por exemplo: “Tendo apenas

dezoito anos, Martí sente seu dever imperativo de sofrer pela Pátria”; e logo cita, com admiração, uma frase do grande homem: “Sofrer é mais do que ter prazer: é viver verdadeiramente”. Ora, aqui também os cubanos ficam indiferentes a essa fraseologia, cuja grandiloquência não deixa nada a invejar do discurso oficial. Aspirando à “felicidade privada” e ao consumo, eles simplesmente não percebem de que maneira uma tal mística poderia abalar o edifício castrista. Além disso, tal apelo ao heroísmo está imerso no discurso da “reconciliação”, tornando ambivalente a mensagem dissidente. É preciso a esse respeito lembrar que os primeiros apelos à “reconciliação” lançados pelas “figuras da dissidência” eram apresentados como uma tomada de consciência face a um perigo iminente: a ocorrência de enfrentamentos violentos suscetíveis de degenerar em “tragédia cubana”. Neste sentido, o discurso dissidente não se afasta em nada de um fantasma da homogeneidade ancorado no coração da cultura política cubana. De um lado, a ação política ou o combate pela liberdade só podem ser empreendidos se em nome e em benefício do um, do todo social, das entidades fictícias que são a Nação ou a Pátria. Desta maneira, o sentido e reconhecimento prestados à ação política individual se encontram condicionados ao sacrifício desinteressado, ao gesto heróico, ao suicídio com honra, ou seja, ao estatuto de mártir ou de salvador. Por outro lado, os conflitos que atravessam o social e fazem dele um lugar de divisão têm sido frequentemente interpretados como uma ameaça que conduz ao caos. É verdade, Fidel Castro claramente deu a entender, por várias vezes, que a destruição da ilha seria preferível à “derrota da revolução”, e que os opositores a seu regime comportam-se de modo responsável tentando evitar um banho de sangue. Mas, como discernir, na postura da “reconciliação”, aquilo que tem a ver com sagacidade política e aquilo que traduz, ou mesmo “traí” a visão de um futuro regime político limitado no melhor dos casos a uma “democracia de consensos”?

Em 1895, a morte de José Martí em combate tinha tudo de uma imolação; em 1951, o suicídio ao vivo de Eduardo Chibas, candidato do Partido Ortodoxo à eleição presidencial de 1952, durante uma emissão de rádio, era um apelo ao civismo; e os caudilhos que emergiram durante e após as guerras de independência se viam como os instrumentos da providência. No momento atual, algumas figuras da dissidência parecem convencidas de seu papel providencial, o que os dispensaria às vezes de prestar contas a seus grupos. Eloy Gutiérrez Menoyo, opositor exilado em Miami há cerca de 20 anos, preso em 1960 e prisioneiro político do regime castrista até o início dos anos 80, decidiu, por exemplo, durante uma visita familiar no verão de 2003, ficar em Cuba para encetar um diálogo com o “regime”. Numa carta enviada à sua mulher a partir da prisão, difundida por *Cubanet* em maio de 2004, Manuel Vázquez Portal escrevia, por sua parte, que “o destino de (seu) país, de (seu) povo, (para ele) tornara-se uma obsessão” e ele imaginava “(sua) alma” como aquela de um

“carroceiro no atoleiro aguilhoando o traseiro de seus bois”. Que dizer, por outro lado, de algumas proposições incluídas no “diálogo nacional” lançado por Oswaldo Payá e o Movimento Cristão Libertação, como a criação de uma “comissão de reencontro nacional para coordenar o encontro desejado do exílio com os cubanos que vivem na ilha”? Da mesma forma como Fidel Castro e os revolucionários “guiam” e “conduzem o povo”, esta proposição ou as expressões de Vázquez Portal sugerem que o social “entregue a si mesmo” não pode organizar-se, governar-se, fundar um regime justo. As rivalidades entre diferentes formações dissidentes devem ser entendidas como uma pretensão de cada uma delas de encarnar o Todo, de trabalhar legitimamente por uma homogeneização. Varela, Luz y Caballero, Martí, para citar apenas alguns, sempre insistiram na união ou homogeneidade necessárias ao cumprimento do destino nacional ou do projeto independentista e pensaram, tal como em seguida os intelectuais da República, que a busca desse destino devia ser conduzida por uma elite capaz e esclarecida. Fidel Castro buscou ali a seiva de seu regime totalitário. O projeto dissidente procede a um “retorno do sentido do possível”,²⁰ mas perpetua ao mesmo tempo algumas paredes desse imaginário e dessa cultura política, deixando pairar a dúvida sobre seu espírito democrático.

Terror e administração do poder pelo arbítrio

Os dissidentes estariam, pois, em condições de mobilizar um movimento de oposição? Certamente, o *Projeto Varela* deu pouquíssimo destaque ao tom moralizador e ao apelo ao heroísmo, centrou seu discurso na sede de liberdades da população e representou a entrada da dissidência numa dimensão resolutamente estratégica e política. Mas a brutalidade radical com a qual se abateu a repressão não tem relação com o “sucesso” ou a evolução do movimento e a ameaça real que eles representam. É que, fundamentalmente, a onda repressiva da primavera de 2003 não tem nem causa nem motivo; desde 1959 o terror pode bater aqui e acolá sem discernimento, sem precisar de opositores para se exercer. A vontade revolucionária do líder, sua crença na possibilidade de remodelar inteiramente a realidade, mas também as limitações pragmáticas a que ele aceita sujeitar-se às vezes, subtendem uma movimentação permanente dos indivíduos e dos setores sociais, e podem criar situações de dominação extrema. A ideologia castrista faz da marcha da independência e da igualdade a necessidade histórica encarnada na pessoa do líder. Mas como a lógica da idéia é, por um lado, submetida a uma exegese de Fidel Castro e, por outro, sujeita a variações, permanecendo sempre um princípio, daí resulta uma linha política incerta. Todos, portanto, podem vir a ser vítimas do terror, independentemente de suas

²⁰ Expressão tomada por empréstimo a LEFORT, 1999, p.242.

ações ou de seus pensamentos que, dado o caráter flutuante da linha, não se assinalam mais que em sua ambivalência. Mais ainda, a inverossimilhança das leis, a irracionalidade das normas de trabalho e de produção, a impossibilidade de satisfazer ao pé da letra todas as regulamentações concernentes à moradia, aos transportes, aos lazeres etc., a insuficiência dos rendimentos e dos serviços “assegurados pelo Estado”, obrigam a uma violação sistemática da legalidade socialista. Desse modo, como assinala Claude Lefort, apoiando-se na análise feita por Gérard Duchêne, esta “conjunção da lei e do poder social” tem por consequência “converter objetivamente todo cidadão em culpado potencial” (LEFORT, 1999, p.238; cf. DUCHÊNE, 1980). Esse apagamento da fronteira entre culpado e inocente, tão típico do totalitarismo, transforma toda ausência de repressão em *laisser faire* por parte das autoridades. Os indivíduos são desse modo submetidos a uma dominação tão completa como nos anos 60, guardados na memória coletiva como os mais terríveis. É assim que deixando perdurar, aliás sem outra escolha, as distâncias entre a legalidade socialista, a lei da idéia, a lei do movimento e as práticas cotidianas, cada um torna-se um alvo potencial da repressão, não mais no instante, mas na duração. O inevitável desrespeito às normas não se inscreve em referência a um terror implacável, a tal ponto que ninguém sabe realmente a quem se expõe. A perenidade dos desvios permanentes cometidos por todos está, pois, submetida ao arbítrio: a sanção pode se aplicar e a repressão se abater sobre todos, mas sem que se possa saber quando, em que medida e contra qual grupo ou indivíduo. Assim a onda repressiva da primavera de 2003 é, antes de tudo, a expressão da natureza do regime castrista, de sua administração do poder pelo arbítrio, antes que um endurecimento frente ao processo de “libertação do medo” que, segundo Oswaldo Payá, caracteriza a sociedade cubana atual.

A LIBERTAÇÃO DO MEDO: UM NOVO CONTEXTO?

“A libertação do medo” de que fala o promotor do Projeto Varela parece evocar uma mudança de contexto. Desde uns vinte anos, as manifestações de exasperação e as críticas em todos os sentidos, outrora liberadas em voz baixa no recôndito do lar das famílias, estão invadindo os pontos de ônibus, os armazéns do Estado e mesmo as reuniões dos CDR e as “assembléias de prestação de contas”.²¹ No domínio das artes e da cultura, no âmbito das escolhas do vestuário e das modas de consumo, vários setores sociais exibem um ecletismo que lhes teria valido um

²¹ As “asambleas de rendición de cuentas” reúnem cada ano o delegado do poder popular e os moradores da circunscrição municipal na qual ele foi eleito. É a ocasião para estes últimos exporem os problemas que permanecem pendentes e exigirem uma solução. Desde as primeiras assembléias em 1976, os problemas levantados e as promessas dos delegados se articulam em torno dos mesmos temas: a penúria de transportes, a degradação dos imóveis, o estado das vias públicas, a falta de higiene, a insuficiência e a baixa qualidade das prestações de serviços assegurados pelas “empresas do Poder Popular” (sobretudo alimentação) etc.

linchamento social ou a prisão, há apenas 15 anos. O crescimento dos efetivos da dissidência, aliás difícil de se avaliar, inscrever-se-ia, pois, na mesma dinâmica. Um contexto é, no entanto, segundo Daniel Pécaut, a combinação de “três coisas ao mesmo tempo”: “um conjunto de circunstâncias que favorecem ou não a possibilidade de determinadas ações”, “a combinação destas ações fazendo aparecer novos lugares de tensões e de instabilidade” e “a disputa entre os atores para impor um sentido, o qual será apresentado como contexto” (PÉCAUT, 1989, p.29).

A conformidade estratégica “para seguir adiante”

O “medo” está ancorado no centro de dois princípios de ordem imediatos que permitem manter uma legibilidade social a partir da experiência individual da vida coletiva. Fundamentalmente, os indivíduos e os grupos sociais apóiam a norma sem aplicá-la para levar vantagens e “seguir adiante”. Longe de não oferecer nenhuma perspectiva, a sociedade cubana captura seus cidadãos numa esperança – “sobreviver”, melhorar sua situação financeira, deixar o país – que é consubstancialmente um entrave à crítica da ordem castrista. A crise econômica não impede o entusiasmo pelos empregos dos setores “dolarizados” da economia, com destaque para as corporações (sociedades de capital inteiramente estrangeiro ou em *joint venture* com o Estado cubano) e o turismo. Aí os salários são mais elevados e, em parte, pagos em dólares, as vantagens *in natura* mais importantes e os arranjos internos mais lucrativos, tanto que as comissões sobre a intermediação entre os turistas e os agentes da economia ilegal são múltiplas. Os empregos do setor “moeda nacional” podem também apresentar interessantes oportunidades de roubos, de desvios (material de construção, indústria alimentícia...), enquanto modestas vantagens sociais ou favores burocráticos podem ser obtidos graças ao “centro de trabalho” ou às organizações de massa (televisores “Panda” a baixo preço foram reservados, por exemplo, ao longo do ano de 2002, aos mais mercedores). Ora, postular um emprego, obter uma licença autorizando atividades “por conta própria” ou solicitar os serviços da administração requer que a “qualidade revolucionária” do candidato seja atestada pelos relatórios das organizações de massa. No âmbito do CDR (Planilha de Comprovação CDR), do centro de trabalho (Documento Laboral) ou do lugar de escolarização (Histórico Escolar), responsáveis preenchem efetivamente dossiês individuais referentes aos “méritos” e “deméritos” de cada um: assiduidade aos “programas da revolução” (marchas, desfiles, tribunas abertas, trabalho voluntário, vigilância, campanhas de prevenção diversas, voto durante as eleições), qualidades morais (relação com os vizinhos, comportamento sexual, consumo de drogas ou de álcool...), palavras proferidas a respeito da revolução e de seus dirigentes. Quanto à carta de

convite para um país estrangeiro,²² ela só é avalizada pelas autoridades caso o candidato satisfaça às normas de comportamento revolucionário. Enfim, um pedido de visto junto à seção de interesses americanos está condicionado à prova de uma presença familiar nos Estados Unidos, de uma experiência profissional de 3 anos na economia oficial cubana e da ausência de antecedentes judiciais.²³

Em seguida, se a generalização da quebra da legalidade socialista instaurou uma “normalidade” nos diferentes níveis do espaço social, o medo e a incerteza em torno da aplicação de sanções previstas pela lei definiram um segundo princípio de ordem. O arbitrário da repressão deve poder ser reduzido se se consegue manipular suas deficiências e, mais ainda, se se esforça em contrabalanceá-los satisfazendo às normas de comportamento público e às normas de adesão aos valores revolucionários. Desse modo, pensa-se, o tácito *laissez faire* pode perpetuar-se tanto quanto as sanções serão suavizadas em caso de *explote* (problema com a justiça). Mesmo que ninguém viva de seu salário ou de sua atividade oficial, e raros sejam aqueles que ainda aderem aos critérios de mérito exaltados pelos dirigentes, a ficção estruturante é mantida em torno dos mecanismos institucionais da sociedade revolucionária. A “lei de periculosidade” estipula que os indivíduos “preguiçosos” representam um perigo para a Revolução e não contribuem na corrida pelos objetivos da sociedade comunista. Neste sentido, eles podem ser internados em campos ou aprisionados; trabalhar ou estudar, mesmo de modo simulado, permite preservar-se.

Finalmente, os *lutadores* procuram pagar seu “pecado” reforçando perpetuamente seu capital político. Eles comparecem às mobilizações organizadas pelas autoridades e se abstêm de qualquer crítica política diante de interlocutores em quem não teriam inteira confiança. Mais precisamente, eles dirigem suas críticas contra alguns funcionários em particular, contra a ética deficiente de seus compatriotas, mas não questionam jamais a justeza do processo revolucionário, a visão dos dirigentes ou a necessidade absoluta de defender a pátria. Nesta lógica, o uso funcionalista dos espaços públicos pela população fez deles, mais do que nunca, espaços de concorrência à conformidade. O “medo” é assim integrado ao coração da estratégia da conformidade, que subentende em si mesma a esperança de mobilidade social e geográfica que constitui uma das lógicas essenciais da experiência social do período especial. “Libertar-se do medo” significaria então romper um círculo vicioso que mistura inextricavelmente um

²² Um estrangeiro pode convidar um cubano a visitar seu país – com a condição de que sua embaixada lhe conceda um visto – e deve para isso dirigir um pedido às autoridades cubanas e saldar despesas diversas, entre as quais uma autorização de saída denominada “carta branca”.

²³ Na entrevista concedida ao candidato pela SINA, somente as condenações por crimes de sangue, estupro, violências, tráfico de drogas ou tráfico de pessoas são impeditivas.

funcionamento social em situação de risco e de transgressão, e um modelo de ascensão social sem alternativa. Neste sentido, o caminho não está de modo algum aberto.

Amanhã?

Finalmente, se “a libertação do medo” remete no espírito de Payá à fé em Jesus Cristo, a metáfora adquire todo seu significado se entendemos por “medo” “ficção revolucionária”, “cultura política”, “imaginário político”, “fantasma da unanimidade”, “caos social” ou “fim da História”.

Na maior confusão, todos os direitos de que os cubanos usufruem em teoria, todos os valores da sociedade e todas as escolhas políticas que devem garanti-los, foram fagocitados pela versão castrista da História. Em outros termos, os indivíduos e os grupos sentem as maiores dificuldades em diferenciar Fidel Castro, a revolução, o socialismo, a Pátria, a igualdade, a justiça, a segurança... Entregue às autoridades em 1997, o manifesto dissidente “A Pátria pertence a todos” denunciava, aliás, o confisco da História e da Pátria, estabelecendo uma diferenciação entre todos os elementos apropriados por Fidel Castro, e mostrando a chantagem exercida sobre uma população a quem fizeram acreditar que sua própria existência estava condicionada à salvaguarda da revolução através da obediência absoluta a seus dirigentes. Mas, apesar do eco dessa temática junto à sociedade, a ordem castrista é tão coercitiva quanto tranquilizante e o desconhecido é sobrecarregado de ameaças e interrogações.

O naufrágio do projeto revolucionário, as “lesões antropológicas”²⁴ deixadas por 50 anos de regime castrista, a percepção de um caos mundial desde Cuba, favoreceram um imobilismo político do qual participam igualmente os componentes autoritários, hierárquicos e antidemocráticos do imaginário político e social. As perspectivas de futuro e as apostas numa mudança de regime foram assim mergulhadas na opacidade, pois a realidade social a partir da qual poderia surgir um projeto novo tornou-se ela mesma gradualmente um universo de confusão extrema e de insegurança. Para a população, o fim da Barba²⁵ pode significar o questionamento da independência nacional pelos Estados Unidos ou o retorno dos exilados de Miami, dispostos a recuperar os bens que lhes foram confiscados e a liquidar os direitos sociais. No universo mental do período revolucionário recente, cada um veio a temer quase “instintivamente” que um inimigo proteiforme se apodere da própria vida do “povo”. Além disso, desde o fim da guerra fria, o regime ajustou sua propaganda em torno do fosso existente entre ricos e pobres no mundo e insistiu particularmente nos acontecimentos

²⁴ Fórmula tomada por empréstimo ao Arcebispo Pedro Meurice, “Present and Future of the Church in Cuba”, discurso pronunciado na Universidade de Georgetown, Washington D.C., 29 de maio de 1999.

²⁵ Os cubanos fazem frequentemente referência a Fidel Castro esfregando o queixo com o polegar e o indicador, ou falando da Barba.

relativos aos antigos países comunistas e à América Latina. Vastos circuitos de corrupção, controle da máfia, colapso econômico e, sobretudo, pobreza galopante, atribuídos ao “apocalipse neoliberal”, são sistematicamente salientados. A tal ponto que para os estrangeiros em visita ou que moram na ilha as condições de possibilidade de uma descrição do mundo exterior são limitadas pelas temáticas da propaganda governamental, o que só faz alimentar as contradições, a confusão e no final das contas a certeza, uma vez mais, que a verdade se situa sempre nos registros da intriga e do mistério. Assim, os cubanos já vivem a desilusão democrática sem terem vivido a democracia. Esta, pergunta-se, tem outra coisa a prometer além da libertação das forças do caos que teriam sido contidas até agora pelo governo revolucionário? Neste período de opacidade reluz intensamente a concepção autoritária que a sociedade cubana tinha de si mesma, enquanto as tensões raciais, negadas durante 50 anos, e os rancores insatisfeitos de indivíduos e de famílias que viveram em meio às delações de origem incerta e que preferiram sufocar estrategicamente os conflitos, alimentam um fantasma do caos. Os diferentes grupos sociais se representam a sociedade cubana como uma entidade mal unificada, ameaçada pelas veleidades hegemônicas das quais eles se acusam uns aos outros, incapaz de civismo e em todo caso entregue à imperiosa necessidade de remeter-se aos homens de bom senso, capazes de circunscrever o impulso autodestrutivo da Nação, para impor a ordem e o consenso.

Mais do que nunca a pluralidade não tem legitimidade. Além do mais, a iniciativa individual em política não chega a impor a justeza de seu estatuto, libertando-se da lógica histórica segundo a qual só importa a salvação do grupo e a virtude do coletivo. Este limite se manifesta na impossibilidade de inventar uma nova ficção coletiva ligada a um ideal político e a referências renovadas. Ele se traduz, sobretudo, no abandono de qualquer busca de uma solução coletiva face aos desafios do presente, do que é testemunho a opção individual, massiva e unívoca da *saída*.

A espera

De uma luta para alertar a opinião mundial a propósito das violações dos Direitos Humanos cometidas em Cuba, a oposição pacífica conseguiu criar uma miríade de associações para finalmente proceder à busca de uma transição rumo a um regime democrático. No início dos anos 60, a opinião mundial estava pouco disposta a ouvir os depoimentos que não corroboravam o mito dos barbudos da *Sierra Maestra*, descidos das montanhas para oferecer sua liberdade a um povo submetido ao imperialismo americano. A onda repressiva da primavera de 2003 completou a lenta inversão dessa tendência, predispondo a opinião pública mundial a aceitar como verdadeira toda narrativa apocalíptica proveniente da ilha. Esta nova percepção do regime cubano e da dissidência

pode ter alguma influência sobre o contexto interior? Os dissidentes podem conseguir instaurar uma nova leitura do real, articulada em torno da “libertação do medo” e da “agonia” do regime castrista?

O regime castrista, trazido pela revolução democrática, contava em 1959 com um apoio social esmagador. A virada comunista de 1961 tinha instaurado um modo de integração e um sistema de referências sociais e políticas cuja efetividade das normas e dos valores fazia sentido para o conjunto da sociedade, sem que estes levassem necessariamente à adesão. O regime castrista, no entanto, desde esse período, deu provas de uma plasticidade sem limites: espaços de protesto inoperantes e sem eficácia política foram preparados, a saída do território, mesmo proibida em teoria, nunca se tornou impossível; o sistema econômico e financeiro, mesmo irracional e continuando a proclamar o dogma igualitarista, absorveu modificações de todo tipo. Os apoios externos do governo juntaram ao sabor das épocas o Bloco do Leste, os países do Terceiro Mundo, a União Européia e hoje a Venezuela, os regimes populistas da América Latina e o movimento contra a mundialização. A margem tornou-se a norma, sem no entanto constituir uma ameaça para a ordem pública, e a ideologia e a propaganda se dilataram, expandiram-se, ramificadas ao sabor de acontecimentos cada vez mais impossíveis de serem tornados coerentes. Da revolução triunfante de 1959 resta apenas um regime odiado no seio do qual a população exausta perdeu toda referência de sentido. Não é, aliás, a prisão de dissidentes que permite ao governo revolucionário manter-se no poder, e sim o seu domínio extremamente complexo sobre a capacidade dos indivíduos de pensar, analisar, criticar e agir. Porque em sua extraordinária plasticidade, aquilo de que se beneficia hoje o regime castrista, antes de tudo, é, de um lado, a permanência de uma cultura e de um imaginário político antidemocrático e, de outro lado, a empresa de confusão, de obscurecimento das perspectivas a que ele se dedicou. Ele controla, em definitivo, um contexto que resulta de seu trabalho de destruição do indivíduo, enquanto que este o perpetua: uma espera resignada em que ninguém sabe o que se pode esperar.

Referências bibliográficas

ARENDR, Hannah. Le mouvement totalitaire. In : *Les origines du totalitarisme*. Paris: Quarto Gallimard, 2002.

DUCHÊNE, Gérard. "L'officiel et le parallèle dans l'économie soviétique". In: *Libre*, n. 7, 1980, pp. 151-188.

HIDALGO, Ariel. *Disidencia: ¿Segunda Revolución Cubana?* Miami: Ediciones Universal, 1994.

LEFORT, Claude. *La complication, Retour sur le Communisme*. Paris : Fayard, 1999.

MAÑACH, Jorge. *La crisis de la alta cultura en Cuba*. Miami: Ediciones Universal, 1991.

PÉCAUT, Daniel. *Crónica de dos décadas de política colombiana (1968-1988)*. Bogotá: Siglo XXI Editores, 1989.

ROJAS, Rafael. *Isla sin fin: contribución a la crítica del nacionalismo cubano*. Miami: Ediciones Universal, 1998.

SCHUTZ, Alfred. *The Structures of the Life-World*. London: Heinemann, 1974.